



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00335517020198172001

**ARUANA SEGUROS S/A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **PAULA FERNANDA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.


Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.


Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização, averiguou-se que o mesmo não possuía sequelas decorrentes do acidente alegado.


Desta forma, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora desde o ano de 2017, época do acidente, serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora nas lesões alegadas.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento das lesões, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Ademais, importante acrescentar a ausência de nexo de causalidade entre o acidente aduzido e a invalidez alegada tendo em vista a parte autora apresenta boletim de ocorrência elaborado somente após seis meses da data do suposto sinistro, sendo comunicado somente pela parte autora, sem a presença de testemunhas e que também não comprova atendimento médico da data do acidente, comprovando somente atendimento médico do dia 30/06/2017, 09 dias após o sinistro, conforme ilustrado abaixo:

 **PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO

 **MIGUEL ARRAES**  
GOVERNO DO ESTADO

 **IMIP**  
Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

**RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: PAULA FERNANDA DA SILVA REG: 104644  
IDADE: 29/2 SEXO: F DATA DA ADMISSÃO 30/6/2017 DATA DA ALTA 19/07/17  
DIAGNÓSTICO: Fr. dos ossos da perna bilateral  
Fr. do acromioclavicular FE.

TRATAMENTO REALIZADO:  
Oss. c/ placa e parafusos  
rto. conservador p/ fr. de acromioclavicular

ORIENTAÇÃO:  
- curativo diário  
- tomar medicamentos prescritos  
- sentar. Não pisar.  
- Reforço a 2 semanas.

PROGRAMA APÓS ALTA:  
AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM ☒ NÃO ☐  
DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Dr. Igor Dantas de Oliveira  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PE: 22.842

ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de nexo entre o sinistro e a invalidez alegada e

também a ausência de agravamento das lesões capazes de gerar pagamento indenizatório, devendo, assim, os pedidos autorais serem julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 9 de janeiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**